

**Instituto Paraense de Educandos Artífices:** um recurso para a formação do cidadão morigerado na Belém da Belle Époque

**Paraense Institute for Craftsmen Students:** a resource to instruct well-mannered citizens in Belem during the Belle Époque

Sonia Maria da Silva Araujo<sup>1</sup>

Andreson Carlos Elias Barbosa<sup>2</sup>

## RESUMO

O artigo objetiva apresentar sucintamente os resultados de um estudo mais amplo sobre o atendimento à criança desvalida no Grão Pará, destacando o Instituto Paraense de Educandos Artífices. Tem como questão base: quais os objetivos das práticas desenvolvidas no Instituto no que diz respeito ao atendimento aos desvalidos? As fontes primárias utilizadas foram: os relatórios presidenciais e dos diretores do Instituto, a legislação educacional local, minutas de ofícios e jornais que circulavam na Província à época. Os resultados revelam que o atendimento oferecido se caracterizou em mais um instrumento de consolidação dos ideais iluministas produzidos na Europa, materializados no projeto civilizador de transformar índios e mestiços em cidadãos “distintos e morigerados”, ou seja, homens civilizados.

**Palavras-chave:** Criança desamparada. Instituto de Educandos Artífices. Processo civilizatório.

## ABSTRACT

This paper intends to show briefly the results of a broader study on the helpless child care on Grão Pará, highlighting the Instituto Paraense de Educandos Artífices. Its fundamental question: what are the goals of the practices developed in the Institute with regard to service to the disadvantaged? The primary sources used were: reports of the presidents of the province and the reports of the directors of the Institute, local educational legislation, drafts

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação. Licenciada em Pedagogia Universidade Federal do Pará. Professora do PPGED/ICED/UFPA.

<sup>2</sup> Mestre em Educação. Licenciado em Pedagogia pela Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque. Professor Eidorfe Moreira.

of letters and newspapers that circulated in the Province at the time The results show that the service offered was characterized in more than a tool for consolidation of the ideals of the Enlightenment produced in Europe, embodied in the project of civilizing the indians and mestizos make citizens distinct and well-bred.

**Keywords:** Helpless child. Instituto Paraense de Educandos Artífices. Civilizing process.

## Introdução

As décadas finais do século 19 foram testemunhas das grandes mudanças vivenciadas na cidade de Belém a partir da grande circulação de recursos advindos principalmente da exploração das seringueiras amazônicas, inaugurando e impulsionando o período que ficou conhecido como *Belle Époque*.

Essas transformações tinham como principal objetivo construir aqui uma *Paris na América*, dando aos barões da borracha e intelectuais da época a sensação de viver num lugar civilizado e moderno, onde tinham acesso aos mesmos produtos e bens culturais existentes no mundo civilizado e pudessem viver segundo os ditames da moda e da etiqueta parisiense, frequentando os cafés, os boulevares etc.

Para garantir que a elite pudesse usufruir de tudo isso sem restrições, as autoridades promoveram numerosas modificações urbanas que foram desde a abertura de novas ruas ao calçamento das antigas, além do aterramento dos diversos canais que inter cruzavam a cidade expandindo seu território. Esta metamorfose, no entanto, exigia mais que alterações nos aspectos físicos e estruturais da cidade, ela pedia a civilização da própria população paraense, considerada um empecilho ao objetivo de uma Belém e uma Província civilizadas.

A visão que se tinha dos pobres era tão negativa que até mesmo as precárias condições de subsistência a que eles estavam sujeitos eram confundidas com baixa moralidade e permissividade,

pois se acreditava que por conta de sua origem miscigenada a população estava destinada ao fracasso social, e, nesse sentido, era imprescindível a intervenção das autoridades constituídas para que se evitasse que todas as conquistas econômicas e sociais fossem ameaçadas e até perdidas, por isso, era consenso que o poder público deveria intervir no seio das famílias, tendo como alvo prioritário as crianças, consideradas mais moldáveis e disciplináveis. Dessa forma, se daria um novo lugar à população mais pobre dentro da sociedade civilizada e ainda se garantiria a oferta de mão de obra para que o acúmulo de riquezas e benefícios não fosse interrompido.

Assim, o Instituto Paraense de Educandos Artífices apresentou-se como uma alternativa oficial de governança da infância pobre em Belém, que passaria a ser disciplinada para atender aos anseios da classe governante e rica e também abasteceria o mercado de trabalho local, em expansão acelerada. Nele também se formaria uma mão de obra especializada para a transformação infraestrutural e estética pela qual a cidade passava.

A formação pelo trabalho também se apresentava como um importante mecanismo para controlar as mentes e corpos das crianças pobres, transformando-as em homens morigerados, ou seja, doutrinados e ajustados aos interesses sociais e, principalmente, construtores passivos de uma Belém aos moldes europeus, resolvendo assim vários problemas dentre eles o dos meninos pobres, que vagavam nas ruas da cidade oferecendo seus produtos e serviços e eram considerados um perigo em potencial à ordem pública e aos pressupostos de civilidade que se queria adotados por todos os moradores da urbe.

Para que tudo funcionasse como o pensado o Instituto é criado nos moldes de uma instituição total, com ensino intramuros e rígido controle disciplinar, cabendo nos casos de desobediência as punições previstas nos regimentos internos. A maior preocupação era justamente garantir que a sociedade, que também exercia intensa vigilância sobre o estabelecimento, se sentisse segura de que os objetivos institucionais estavam sendo devidamente atingidos.

## 2 A URBE Belenense e a propagação do ideário civilizatório

Na passagem do século 19 para o 20 o embelezamento das ruas e a melhora na infraestrutura davam à Belém um ar civilizado, colocando-a em pé de igualdade às demais cidades contemporâneas. O crescimento e a reestruturação urbana com o financiamento dos lucros do Ciclo Gomífero criou uma nova fisionomia para a cidade (SOARES, 2008) e passou a exigir que todos os belenenses soubessem como conviver nesse novo espaço social gerando uma grande preocupação civilizatória que culminou, dentre outras coisas, na repressão aos vendedores ambulantes e mendicantes que perambulavam pelas ruas da cidade.

Essas restrições eram a materialização do preconceito de intelectuais e políticos da época contra pobres e miscigenados, considerados inferiores e propensos aos vícios e desvios, como atesta o Brigadeiro José Joaquim Machado Oliveira, designado a presidir a província paraense em 1833, ao afirmar que os paraenses “[...] precisavam deixar o estado de barbárie em que se estiolavam e caminhar para o progresso social e econômico” (CARDOSO, 2004, p. 108), pois do contrário seriam uma verdadeira perturbação à ordem civilizada que se queria imprimir na urbe belenense. Nesse sentido, a elite governante empreendeu várias iniciativas de elevar o país à condição de nação civilizada, desfrutada no mundo ocidental. Por conta disso no século 19 experimentou-se o nascimento de grande parte dos projetos nacionalistas brasileiros.

No Pará, o contexto não era diferente, já que tais discussões permeavam a realidade nacional, pois aqui, também existiram homens de letras que abraçaram o ideário de construir um novo país (civilizado), como José Veríssimo, que defendia a educação como condição inalienável para se garantir “[...] a superação de traços degenerescentes das raças que predominavam na conformação do tipo humano miscigenado dominante nesse espaço geográfico – o caboclo” (ARAÚJO, 2007, p. 11).

A necessidade de instruir a população para se alcançar uma nação transformada e regenerada, conformando e adequando o indivíduo à nova realidade social que se pretendia construir, fez com que fossem adotadas todas as medidas que pudessem contribuir no sentido de ordenar uma sociedade que o Estado e os intelectuais julgavam desorganizada. Por isso, solicitações para se “[...] elevar a situação moral dos brasileiros apresentaram-se como fator importante de elaboração da nova condição de cidadãos de direitos e deveres” (VEIGA, 2008, p. 504), ou seja, indivíduos civilizados.

Nessa época a civilização pretendida era o ponto de chegada dos esforços de superação da barbárie e da selvageria, características mais contundentes de um estado de desordem (CASTANHA S/D), onde estes cidadãos contribuiriam “[...] para a construção de uma sociedade ordenada e hierarquizada, onde os indivíduos saberiam quais eram os espaços que poderiam e deveriam ocupar” (CASTANHA, p. 17). Para outros autores a civilização é tanto um “[...] padrão universal de moralidade e costumes” (VEIGA, 2002, p. 96) como

[...] o autocontrole e a introjeção de determinados hábitos e normas de conduta, de formas de comer, vestir, morar, conversar, amar e sentir, [...] os níveis de desenvolvimento artístico, teológico, econômico e científico da humanidade, numa perspectiva claramente etnocêntrica, que conferia superioridade à civilização ocidental européia. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 69).

Na província do Pará a palavra civilização é, nos relatórios oficiais, substituída com frequência pelo vocábulo morigerância, que embora hoje, seja um termo em desuso estava em voga no século 19. Os governantes e autoridades costumavam usá-lo para se referir a um coletivo de sujeitos considerados preparados para desenvolver o país, aqueles doutrinados a agir e a reagir de forma específica. Poderiam ser chamados assim aqueles homens “[...] que compartilhavam do ideário da positividade do trabalho e da acumulação. Também eram morigerados os que sabiam comportar-se dentro de determinadas regras de etiqueta consideradas civilizadas” (PEREIRA, 1996, p. 12). Como se pode ver, os conceitos de morigerância e civilidade têm

sentidos parecidos, o que pode explicar maior ocorrência do primeiro que o segundo nos relatórios dos presidentes e dos diretores do Instituto.

O termo *morigerado* aparece pela primeira vez no relatório presidencial de 1870, onde coincidentemente, o Instituto paraense também tem sua primeira citação. O termo aparece ainda mais sete vezes em outros relatórios presidenciais para classificar os educandos que melhor se adaptavam ao processo educativo e que, por isso, recebiam, inclusive, distinção entre os demais por serem considerados os mais civilizados. Marin (2006, p. 127) informa que no processo de *morigeração* dos indivíduos as instituições profissionais voltadas para a infância desvalida pretendiam formar homens *morigerados*, ou seja, “capazes de trabalhar para o engrandecimento da pátria”. Esse processo visava principalmente à “[...] transformação dos indivíduos em cidadãos solidários ao ideário burguês” (NICOLAZZI, 2000, p. 2), pois o objetivo era tornar as pessoas trabalhadoras aptas a contribuírem com o desenvolvimento do país.

Dessa forma, os *morigerados*, que tanto se desejava formar no Instituto Paraense de Artífices, seriam aqueles cidadãos cooperativos que se submeteriam a toda e qualquer condição e situação sem reclamações ou reivindicações, agindo sempre com a devida civilidade e, porque não dizer, docilidade. O mais importante, no entanto, era que, independente de quaisquer inconvenientes e/ou limitações, os sujeitos trabalhassem de forma prestativa e laboriosa (GILLIES, 2007).

No contexto amazônico, essa necessidade civilizadora é ainda mais premente, já que na província do Pará os mestiços formavam mais de dois terços da população (VERISSIMO, 1887). Tais mestiços, oriundos da miscigenação das raças branca, negra e índia, as últimas duas consideradas raças degeneradas e a primeira formada por “[...] aquilo que de pior existia[...] ” (VERISSIMO, 1887, p. 296) – o refugo da sociedade portuguesa, isto é, os degradados, os criminosos. Essa herança étnica trouxe à Amazônia uma miríade de práticas e costumes que para os brancos intelectuais eram verdadeiros sinais de sua forte ligação com as origens dos povos

amazônicos, verdadeiros vestígios sobreviventes do passado, como defendia Tylor (1958) e que fizeram existir em Belém outra cidade, a cidade dos encantados (FIGUEIREDO, 2008), que precisava ser totalmente eliminada.

Por isso, os Institutos tinham um papel tão importante, pois, seriam esses estabelecimentos que conteriam os ímpetus juvenis que conduziam aos vícios, por isso, as instituições educativas do Império consideravam que o ato de domar o jovem era um desafio que se impunha à vida social e intelectual no Oitocentos (PIMENTEL FILHO, 2005). A fase juvenil considerada a “[...] idade de triunfos, desejos, amor próprio, independência e vaidade” (O JASMIM, 1873), necessitava de controle total, pois, entendia-se que, nessa fase, os meninos poderiam ser úteis na construção do Brasil desejado, ficando visível “[...] a íntima relação estabelecida entre as propostas educativas e de instrução com as propostas de constituição de uma nação civilizada nos trópicos” (PINEAU; FARIA FILHO, 2009, p.101).

O verbo “domar”, utilizado pelo autor, justifica-se também pelo grupo objeto dessa ação educativa no final do século XIX: os bárbaros, ou selvagens, moradores das florestas, que haviam migrado para as cidades, ou os filhos destes, entendidos à época como o antônimo de sujeito civilizado; aqueles que possuíam práticas cotidianas mais ligadas à sabedoria das florestas e não às sociedades que se apresentavam como desenvolvidas dentro dos princípios da modernidade em discussão naquele momento, e que por isso, eram considerados primitivos e precisavam urgentemente ser trazidos ao mundo civilizado.

A preocupação civilizatória presente desde o período colonial, especialmente no Norte, “terra de índio”, assume outra forma no fim do Período Imperial. Com a população indígena largamente dizimada e a população negra segregada em quilombos, os olhares dos políticos e intelectuais voltam-se para os descendentes desses povos considerados primitivos – os mestiços, que precisavam ser urgentemente morigerados. Eles passam a ser motivo de preocupação, especialmente porque circulavam pela cidade e mesmo assim não perdiam os traços culturais repudiados pela elite branca

vinculada ao baronato da borracha, que tentava cultivar nos trópicos os comportamentos e modos de vida das grandes cidades europeias. Para se combater os pobres e levá-los ao caminho da civilização era preciso combater sua própria história, seus usos e costumes, pois as peculiaridades da cultura amazônica não se enquadravam na moderna e civilizada província em construção.

As autoridades também verbalizavam grande preocupação com as crianças pobres porque elas eram iniciadas precocemente no trabalho nas ruas, ambiente considerado nocivo e insalubre e tornavam-se uma ameaça à segurança da elite local. Essa preocupação também aparecia nos jornais da época que traziam várias reportagens acerca da situação da infância na capital da Província que formava “[...] a vagabundagem ociosa entregue a depravação das ruas” (DIÁRIO DO GRAM PARÁ, 1885). Para fazer de Belém uma *Paris n’América* era preciso limpar a cidade de tudo o que se acreditava que poderia enfeiá-la, uma dessas coisas era a presença de tantas crianças nas ruas, como atesta Figueiredo (1996), submetidas a terríveis condições de existência.

Para as crianças que cometiam alguma contravenção a solução encontrada foi o encaminhamento aos Arsenais de Guerra (Marinha e Exército). Mas para crianças em outras situações (orfandade, ausência de um tutor etc), fazia-se necessária a criação de espaços específicos para tal atendimento – os internatos –, que seriam o *locus* onde a criança pobre encontraria “[...] a educação, a formação, a disciplina, e a vigilância que a preparariam para a vida em sociedade, para bem constituir sua família dentro do amor e do preparo para o trabalho” (MARCÍLIO, 2006, p. 207), lugar onde seriam, principalmente, civilizadas.

A admissão nesse tipo de estabelecimento significava uma verdadeira separação, em diversos níveis, entre a criança e sua família. Não raro tais crianças ao regressarem para sua comunidade original não se adequavam aos modos de viver e assumiam o papel social que aprenderam na instituição de acolhimento e formação. Isso acontecia porque ao longo do tempo em que as crianças permaneciam internadas eram preparadas para não aceitar as condições de



suas famílias originárias.

A escolha do modelo asilar deu-se por ser visto “[...]” como um espaço único para a disciplina do corpo [tendo] como objetivos educar, formar, proteger e corrigir menores abandonados” (MARCÍLIO, 2006, p. 208), e a profissionalização como “[...]” o meio ideal para desenvolvimento do hábito e do amor ao trabalho” (MARCÍLIO, 2006, p. 214), além é, claro de proporcionar a inclusão social regulada e manter o controle social sobre esse contingente populacional menos favorecido (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 108).

Nesse contexto, o ensino profissional assume uma importância maior com vistas à execução eficiente de um projeto de nação livre das amarras do passado colonial (RIZZINI, 2008), onde através da educação profissionalizante os internatos forneceriam a mão de obra necessária para o desenvolvimento do Brasil, formando um contingente humano que poderia ser utilizado na nascente industrialização brasileira carente de pessoas preparadas para os mais diversos ofícios.

A sociedade aprovava a permanência dos meninos nesses institutos de formação, pois, posteriormente, desenvolveriam suas atividades nas manufaturas prestando-se perfeitamente aos anseios civilizatórios, à fábrica e ao projeto de retirar as crianças pobres de atividades ilegais. Essa visão justifica intervenções do poder público sobre as famílias e suas crianças, como uma solução de “[...]” retirar a criança do seu meio deletério e educá-la para a nação que se idealizava” (RIZZINI, 2009, p. 71). Para os governantes a educação conjugada ao ensino profissional poderia trazer ao Brasil o desenvolvimento e a grandeza que a jovem nação merecia, ao combater a ignorância, sendo, portanto, a solução para todos os males (NUNES, 1995), pois exerceria “[...]” a função de preparar o homem para habitar o espaço urbano” (RESENDE; GONÇALVES NETO, 2009, p. 367), criando “[...]” uma sociedade harmônica, na qual os futuros cidadãos saberiam claramente identificar os seus lugares” (CASTANHA, s/d, p.19).

O internato, também teria a função de ensinar os bons costumes e os comportamentos socialmente adequados, disciplinando e preparando-os “[...]” para desempenhar um certo papel social,

bem como ocupar os espaços gerados a partir das novas relações de trabalho que estavam se concretizando” (CASTANHA, s/d, p. 16), além de proporcionar a formação de “[...] uma cultura brasileira e um povo mais saudável, com melhores condições de vida” (GÓIS JÚNIOR, 2002, p. 48), passando a ser compreendida como elemento necessário ao processo civilizador do povo brasileiro, constituindo-se “[...] como apoio indispensável ao exercício do poder por parte do Estado” (GONDRA, 2003, p. 525). Assim o Brasil deixaria de ser formado por um povo turbulento e passaria a ser constituído por “[...] um povo pacífico, perigoso apenas para os inimigos” (VEIGA, 2002, p. 96). A instrução também propagaria padrões de comportamento mais reservados e disciplinados pois estava fundamentada “[...] no poder redentor da razão científica, bem como no de seus representantes, instituições e estratégias de ação” (VEIGA, 2002, p. 521). Instruindo e civilizando promover-se-ia a coesão social almejada (VEIGA, 2002).

### **3 O Instituto Paraense de educandos artífices e o processo civilizador**

O Segundo Reinado trouxe a proposta de fundação dos Institutos como modelo de uma ação educativa que se disseminou largamente no século 19 sendo um contributo à constituição do Estado nacional (RIZZINI, 2004). Eles representavam a intervenção das autoridades na vida dos pobres e eram parte importante na construção da imagem dos mais humildes “[...] como desclassificados ou marginais, vivendo, em sua pobreza, na ociosidade, em virtude de seu despreparo moral e profissional diante das diversas necessidades materiais da sociedade” (BEZERRA NETO, 1996, p. 45).

Em 1872 foi inaugurado o Instituto Paraense de Educandos Artífices para atuar na moralização dos focos de doença e pobreza e produzir na população mais pobre “[...] a civildade, o desenvolvimento e o progresso [...]” (RESENDE; GONÇALVES NETO, 2009, p. 369) aprimorando “[...] a dignidade moral do indivíduo[...] ” (ALMEIDA, 2000 [1889], p. 156) e promovendo a formação de mão de obra para as mais diversas atividades e ainda realizar a contenção social.

Assim, através da formação profissional dos desvalidos atendia-se aos anseios da sociedade e modificava-se a “[...] situação marginal das classes pobres, que, na mentalidade dos homens públicos, fazia-se necessário alterar por meio da preparação profissional dos desvalidos, para o trabalho a serviço das classes mais afortunadas da sociedade” (BEZERRA NETO, 1996, p. 44).

O surgimento desse estabelecimento em paralelo ao crescimento das demandas promovidas pela *Belle Époque*, assim como pelas transformações da cidade, é um exemplo de como ele se prestava a “[...] enquadrar os homens livres pobres à ordem social como trabalhadores no processo de formação do mercado livre na província paraense [...] enquanto ação do controle e conformação social (BEZERRA NETO, 1996, p. 45), já que, enquanto instituição total<sup>3</sup>, ele cumpria a função de separar as crianças desvalidas de suas famílias (consideradas imorais). Além disso, o ensino intramuros era uma forma de evitar que “[...] o aprendiz mantivesse contato com companhias indesejáveis e fosse seduzido pelas atrações das ruas [...]” (RIZZINI, 2002, p. 9). Sendo, portanto, um mecanismo muito útil para introjetar na nova geração o amor ao trabalho, considerado um elemento civilizador imprescindível que, segundo Rizzini (2004, p.163), “[...] é um mote que aparece insistentemente nos regulamentos dos asilos [...]” e também nos periódicos paraenses do final do século 19 onde surge como o “[...] correctivo de todos os attentados e de todos os abusos, da ignorância e do pauperismo, da guerra e do materialismo, [produzindo] a moralidade, a paz e a civilização” (DIÁRIO DE BELÉM, 1872, p. 1).

No texto supracitado o amor ao trabalho aparece dentre as coisas que os homens importantes daquela época mais valorizavam. O trabalho, na concepção expressa, tinha o poder de produzir uma verdadeira transformação nos indivíduos, libertando-os das más práticas e favorecendo o surgimento de homens ativos, enérgicos e firmes, um “[...] **factor do progresso d’esta terra** esplendida [...],

---

<sup>3</sup> Para melhor conhecimento sobre as instituições totais cf. os livros de Erving Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974; e *Estigma: notas sobre a identidade deteriorada*. Zahar, 1978.

um homem, **que penetra nos limiares da vida social do seu paiz**, anunciando nas cidades, na campanha e nas florestas, [...] **uma força mobilizadora do trabalho**" (O ABOLICIONISTA PARAENSE, 1883, grifos nossos). Para os intelectuais da época o trabalho possuía tal capacidade civilizatória que se tornava uma verdadeira religião onde os adeptos "[...] seriam cidadãos conhecedores da lei e dos seus direitos, e renderiam **culto** ao trabalho incessante, methodico e honesto" (GAZETA DE ALENQUER, 1885, p. 3, grifo nosso) e, o mais importante, seriam preservados "contra o pauperismo. [Pois] **O operario instruido encontra mais facil emprego, tem mais vantajosa retribuição**" (JORNAL DO PARÁ, 1875, grifos nossos).

A oferta do ensino profissional com o ensino teórico era uma das formas de desenvolver nas mentes dos meninos o tão necessário amor pelo trabalho, pois conjugava o ideal do cidadão útil à nação e útil a si mesmo ao do 'homem letrado'. Em seu relatório presidencial de 1885, Tristão de Alencar, ratifica isso ao declarar que a instrução artística fornece "os operários de todos os gêneros para satisfação das diversas necessidades materiais da sociedade (RPPA, 1885). Nessa concepção, o ensino artístico (profissional) prepararia os homens livres pobres, considerados potencialmente perigosos, "[...] moral e tecnicamente para o trabalho, distintamente daqueles mais afortunados que, considerados integrados à ordem social, encontravam-se aptos a exercer papéis sociais considerados mais elevados" (BEZERRA NETO, 1996, p. 45) e ainda faria desses homens, cidadãos civilizados. Acerca disso, Cunha escreve que durante o império, o ensino de ofícios era legitimado por ideologias que visavam

[...] a) imprimir a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de ideias contrárias à ordem política, de modo a não se repetirem no Brasil as agitações que ocorriam na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados, na medida dos ganhos de qualificação (CUNHA, 2000, p. 92).

Como vimos, o disciplinamento das classes populares “[...] foi um objetivo importante destas instituições que não pode ser ignorado. [...] A obediência, o respeito à hierarquia e a promoção da civilidade dos costumes constituem objetivos importantes dos internatos para desvalidos (RIZZINI, 2004, p.163), por isso, a “[...] possibilidade das crianças indígenas e desvalidas serem educadas afastadas de suas famílias e comunidades será então bastante valorizada” (RIZZINI, 2008a, p.1), pois, o processo de doutrinação poderia ser muito mais eficiente, demonstrando o quanto o Instituto Paraense é identificado como o *locus* da “[...] socialização para o trabalho [...] capaz de dignificar e transformar a existência das pessoas, de modo a orientá-las para a edificação do bem individual e social” (MARIN, 2006, p. 122) e ainda forjaria “[...] cidadãos morigerados [...]” (RPPA, 1870, p. 22). Portanto, a criação do Instituto visava, sobretudo, civilizar a população paraense, começando pelas crianças que se acreditava serem as mais suscetíveis ao aprendizado dos nobres princípios civilizatórios, já que ele, como toda instituição, funcionava como um sistema organizador

[...] da vida social, funcionando em múltiplas direções, mas com objetivos comuns: formular, divulgar e fiscalizar o cumprimento das normas de comportamento; articular as atividades a que se propõem; enquadrar os comportamentos sociais através de categorias que não só qualificam os indivíduos como também os distribuem em funções sociais; controlar e punir os comportamentos desviantes (BANDEIRA, 2010, p. 16).

Nesse sentido o ensino artístico atendia plenamente a tais anseios e foi preconizado pela lei 660, de 31 de outubro de 1870, que criou o Instituto. Segundo o escopo da lei a “instrução profissional será composta de geometria e mecânica aplicadas às artes e à construção naval, de tecnologia profissional, de desenho linear de máquinas e topográfico, e de aprendizagem nas oficinas do instituto, tendo muito em vista as vocações” (art. 2º § 2º). Posteriormente, a portaria de 30 de março de 1872, que sancionou o primeiro regulamento do Instituto Paraense, é mais explícita acerca de como seria a organização desse

ensino profissional. De acordo com um relatório presidencial de 1873, as primeiras oficinas ofertadas no Instituto foram apenas três (marceneiro, carpina, funileiro, ferreiro e serralheiro), mas ao longo dos anos chegaram a ser onze. Segundo relatório anterior, o presidente, mesmo sem apontar as oficinas existentes, já ressaltava que nelas “[...] têm sido manufacturados utensílios para os estabelecimentos públicos provinciales” (RPPA, 1872, p. 21), demonstrando a importância das oficinas

Ao cursar as disciplinas e oficinas do Instituto, o educando poderia, além do aprendizado teórico e prático, adquirir uma menção especial por apresentar-se mais capacitado que os demais em algum aspecto, pois fazia parte do regulamento daquele estabelecimento a meritocracia. Eram oferecidos três prêmios: por capacidade intelectual, por capacidade moral e por capacidade industrial (art. 94). Os prêmios por capacidade intelectual eram resultado da avaliação de aproveitamento dos alunos feita pelos professores nas aulas ofertadas, ou na chamada parte teórica. O prêmio por capacidade moral resultava da observação da conduta do educando no dia a dia, de sua morigerância. Para escolher o educando que receberia esse prêmio, era formado um júri composto pelo agente, pelo escriturário e pelo almoxarife do estabelecimento. Já o reconhecimento por capacidade industrial relacionava-se à perícia apresentada por um educando na manufatura dos diferentes produtos ensinados pelos mestres nas oficinas. A qualidade do trabalho concluído e um conjunto de características observadas, como o cuidado com os acabamentos, eram critérios que os mestres usavam para apontar os educandos mais habilidosos nos seus respectivos ofícios.

O símbolo da premiação era uma medalha de prata com a inscrição do prêmio a que se referia, e conferia a quem a recebesse alto grau de distinção, tanto que deveria ser “[...] trazida pelo premiado, todas as vezes que sair á rua, e nas occasioes de formatura do corpo” (Ibid., art. 96). A atribuição dos prêmios era muito rigorosa, tanto que, caso os educandos não atingissem os critérios considerados

mínimos para ter direito a eles, não os receberiam de forma alguma. Um exemplo disso é que no ano de 1875, “[...] por não ter nenhum dos educandos apresentado uma obra de primor” (RPPA, 1875, p. 37), ninguém recebeu o prêmio de capacidade industrial. Os prêmios faziam parte da realidade das instituições de internamento pelo seu intenso caráter meritocrático. A “[...] premiação [...] visava distinguir e valorizar os alunos interessados em aplicar os ensinamentos repassados pela instituição” (MARIN, 2006, p. 125).

Além das premiações, a rotina do Instituto também possuía outras práticas para diferenciar os educandos. Independente da forma, a morigerância era o critério principal. Ela possibilitava, por exemplo, que os meninos adquirissem o direito de assumir uma liderança sobre os demais. De acordo com os relatórios presidenciais, era comum que os educandos fossem divididos em três ou quatro grupos e cada divisão tivesse um educando “[...] tirado d’entre os mais idôneos e morigerados” (RPPA, 1875, p. 35) para supervisioná-lo. Outra forma de distinção se dava quando educandos atuavam nas várias funções daquele estabelecimento. Eles eram escolhidos por serem os mais aptos, mas também por serem os mais morigerados. Segundo Barbosa (2011), o exercício de uma função implicava em total diferenciação na rotina do educando, assim como acesso a espaços vedados aos demais, como o almoxarifado e despensa, além deles conviverem mais com os funcionários do que com seus pares. A contratação de educandos para desenvolver essas atividades também representava uma grande economia para o cofre institucional. Num relatório presidencial Gama Abreu informa que a designação de um educando para assumir o lugar do agente demitido por mau desempenho representou excelente economia mensal (RPPA, 1881).

As premiações e distinções também faziam parte da organização disciplinar do Instituto e funcionavam como reforço das práticas consideradas positivas, assim como um incentivo aos comportamentos civilizados. Nos casos de resistência e rebeldia, os educandos poderiam ser penalizados em vários níveis que iam desde a adver-

tência particular, advertência pública, repressão, prisão simples, prisão com redução de ração (alimentação diária) e rebaixamento. Em casos mais graves, poderiam ser encaminhados aos Arsenais da Marinha e Exército para engajamento nas respectivas companhias de Aprendizes Artífices. As punições

[...] faziam parte de um repertório de práticas pedagogicamente utilizadas para corrigir os alunos transgressores e impor os limites da sociabilidade dentro da instituição. A premiação e o castigo eram feitos às vistas dos demais alunos, para que as honras ou as corrigendas se tornassem exemplares, estimulando ou inibindo determinados comportamentos (MARIN, 2006, p. 126).

O controle sobre a vida dos educandos era tal que os regimentos legislavam, inclusive, sobre o tempo livre. Até mesmo a organização espacial deveria favorecê-lo. Em um relatório institucional o diretor comemora o fato de que após uma reforma os educandos ficaram “[...] dispostos de maneira a serem de um só golpe de vista examinados, mesmo do refeitório” (RELATÓRIO IPEA, 1881). Ainda nessa questão do espaço físico como elemento de controle encontramos muitas solicitações para que o terreno ao redor do prédio do Instituto fosse murado, já que “[...] um estabelecimento d’estes é sempre cercado de muros” (RELATÓRIO IPEA, 1881). Diferentes presidentes insistiram nessa obra, o que demonstra que ela era de extrema necessidade para a vigilância, pois, a delimitação do espaço proporcionada pelo muro, controlaria o acesso do e ao meio externo, garantindo melhor controle e disciplina.

Essas práticas disciplinares mostram-se altamente preconceituosas, porque eram destinadas às crianças negras, índias, pobres e abandonadas, mas, principalmente, às miscigenadas, degeneradas pelas raças das quais se originaram. O pensamento era de que, quanto mais cedo se fizesse isso e quanto mais rigoroso se fosse no cumprimento das normas, mais facilmente os educandos se adaptariam ao futuro que lhes seria oferecido e se tornariam civilizados já que eram instruídos “[...] para serem trabalhadores dóceis, subservientes e condenados a uma vida marginal nas



dimensões existencial, econômica e política” (Ibid., p. 133). Não à toa, a vigilância deveria ser realizada em todos os momentos, desde as refeições até a hora de dormir, pois uma das medidas requeridas era “[...] também fechar os alojamentos, de modo a evitar-se que os educandos ausentem-se durante a noite” (RPPA, 1874, p. 28).

Como vimos anteriormente, as punições a que estavam sujeitos os educandos não previam os castigos físicos. No entanto, para atingir o objetivo de civilizar a população pobre e livrá-la de seus vícios e costumes primitivos muitas vezes usa-se também a coerção física, já que em determinado momento, o presidente da Província foi informado de que os mestres das oficinas usavam desse expediente para com os educandos e por isso recomenda ao diretor do Instituto que averigüe e proíba determinadamente tal prática (A CONSTITUIÇÃO, 1886).

Assim, cabia aos meninos matriculados no estabelecimento “[...] obedecer ao diretor e aos demais funcionários, mostrando-se sempre atentos aos seus conselhos e às suas advertências” (MARIN, 2006, p. 121), por isso, além da formação dada através das aulas e oficinas, outra forma de garantir a civilização era o intenso controle sobre o comportamento e a repreensão severa das posturas consideradas desviantes. A fundamentação é de que tudo seria para o bem da nação brasileira em construção, e também dos próprios educandos, pois, se naquele momento era impossível “[...] fazer compreender aos meninos as razões pelas quaes tal ou qual preceito lhe é imposto; entretanto, com aquelles de uma certa idade haverá fructo nisto” (O MONTE ALEGRENSE, 1886).

#### **4 Considerações Finais**

Nos últimos anos do século 19, o mundo passou por grandes transformações e na Amazônia não foi diferente, principalmente a partir de 1870 quando a cidade de Belém passou por grandes transformações estruturais que visavam torná-la uma *Paris na América*, como a urbanização da cidade e uma intensa efervescência cultural. No entanto, somente o calçamento das ruas e aterramento das zonas

alagadas não era suficiente para se garantir o desenvolvimento pretendido, por isso, as autoridades paraenses começaram a pensar alternativas para que o crescimento desejado não fosse impedido por nada ou por ninguém. Nesse sentido os pobres passaram a ser um grande problema já que eram vistos como irremediavelmente viciados e considerados como um verdadeiro entrave a evolução da província do Pará.

Assim, medidas foram tomadas para garantir o efetivo controle social, dentre elas a instalação de instituições específicas como os Institutos que se relacionavam diretamente às estruturas de sentimento da época e, portanto, a todo um processo de organização da vida coletiva que caminhava em direção à superação de um espaço ainda muito vinculado à cultura dos “selvagens” índios e do “degradado” caboclo. Portanto, as representações construídas sobre a cidade de Belém e seus sujeitos acabaram por constituir a estrutura social que fomentou a existência dele, sendo um importante instrumento de disciplinarização, conhecido à época como processo de morigeração da sociedade onde o produto final seria um indivíduo útil à si mesmo, mas principalmente útil à nação brasileira que se construía naquele momento e finalmente seria livre das amarras que a prendiam ao passado colonial.

Com o aumento da exploração da borracha, e a produção em larga escala da goma elástica, o mercado interno sofre uma verdadeira alteração que atinge todos os aspectos de Belém promovendo uma verdadeira mudança no modo de viver do belenense, gerando demandas das mais diversas, o que exigiu a formação de um corpo de trabalhadores aptos nos mais variados ofícios, para o quê o Instituto se prestava muito bem a ponto de em determinado momento ser considerado como modelo de atendimento aos desvalidos chegando inclusive a inspirar outras províncias, pois ele fornecia exatamente a mão de obra necessária para a reconstrução e embelezamento da cidade.

Através das artes e ofícios ensinados no Instituto articulavam-se estratégias capazes de contribuir para a formação de um povo civilizado, que corroborasse com a organização da urbe considerada

traço fundante da modernidade. Por isso, tudo nele foi pensado para que tal fim fosse atendido e para garantir isso o Governo, através do presidente da Província, que visitava regularmente e da própria sociedade que acompanhava cada ocorrência do estabelecimento, supervisionavam e avaliavam cada atividade desenvolvida interna e externamente. São diversas as reportagens nos periódicos paraenses onde a sociedade elogia ou critica as medidas tomadas naquele estabelecimento. Tal vigilância era tão intensa que até mesmo às noites e nos finais de semana os meninos eram sempre vigiados interna e externamente. Para esses grupos os bons resultados da instrução no Instituto representava o sucesso do processo de morigeração da sociedade paraense e a garantia de que todas as riquezas acumuladas não fossem ameaçadas por desordeiros e rebeldes. Era também a garantia de que não faltariam braços para os mais audaciosos políticos.

O que facilitava tal controle social era o intenso contato dos meninos com a população paraense nos eventos políticos, durante as festas religiosas e nas cerimônias do próprio Instituto, como a de premiação, que eram abertas ao público. Assim, quando a elite paraense via todos aqueles meninos pobres vestidos em seus uniformes brancos impecáveis, que era a roupa usada nas saídas externas, ou quando ouvia a harmoniosa banda de música, sentia que todo o investimento feito naquele estabelecimento não havia sido vão apesar de muitos questionarem as despesas do Instituto. Para as elites era o penhor de todo um esforço civilizatório que visava controlar as mentes das pessoas pertencentes às camadas mais pobres. Para os políticos era a certeza de que existia um corpo de trabalhadores a fornecer com preços mais módicos as carteiras escolares, as roupas e calçados dos corpos de bombeiros e polícia, e ainda oficiais capacitados para o embelezamento da cidade e construção das obras que a intelectualidade exigia para sentir-se como se morasse num civilizado país europeu.

Para as famílias, era uma alternativa de sobrevivência, considerando que o simples fato de ter uma formação especializada ajudaria aquele menino a galgar uma melhor colocação no mercado

de trabalho, muitas vezes sem passar pelas mesmas dificuldades que os pais submetidos às mais esdrúxulas atividades nas ruas belenenses. Essa possibilidade de mudança era não somente para os artífices, mas esperava-se que se estendesse a toda a família. Por isso, muitas vezes os pais, mesmo cientes do rigoroso tratamento militar a que seus filhos eram submetidos continuavam solicitando ao presidente da província uma vaga no Instituto. No entanto, tais famílias não aceitavam passivamente a dominação imposta, e encontravam diversas alternativas de escapar dela como o não retorno após o término das férias regulares, a invenção de doenças adquiridas também nessas férias e até a recusa a retornar após a aprendizagem de conhecimentos básicos.

## Referências

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução pública no Brasil (1500-1889)**. Tradução de Antonio Chizzotti. 2. ed. rev. São Paulo: EDUC, 2000 [1889].

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva (Org.). **José Veríssimo: raça, cultura e educação**. Belém: EDUFPA, 2007.

A CONSTITUIÇÃO: **Orgão do Partido Conservador**. Belém: Typographia da Constituição, 1886.

BANDEIRA, Fabiana Martins. **Disciplinando homens, fabricando marinheiros: relações de poder no enquadramento social da Corte (1870-1888)**. 2010. 201 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. **O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque**. 2011. 227p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

BEZERRA NETO, José Maia. As oficinas do trabalho: representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará (1830/1888). **Revista ver a educação**, Belém, v.1, n.1, p. 41-70, jan./jun. 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique et al. **História geral da civilização brasileira** - o Brasil monárquico: dispersão e unidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.

CASTANHA, André Paulo. **Pedagogia da moralidade**: a ordem Civilizatória Imperial. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_014.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_014.html)>. Acesso em: 01 maio 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, maio/ago. 2000. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14\\_07\\_LUIZ\\_ANTONIO\\_CUNHA.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_07_LUIZ_ANTONIO_CUNHA.pdf)>. Acesso em: 01 jan. 2008.

DIÁRIO DO GRAM-PARA. Belém: Typographia Commercial; Typographia J.J. Mendes Cavalheiro; Typographia do Gram-Pará; Typographia da Estrella do Norte, 1885.

DIÁRIO DE BELÉM. Belém: Typographia Diário de Belém, 1872.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias da infância na Amazônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Cidade dos Encantados**: pajelança, feitiçarias e religiões afro-descendentes na Amazônia 1870-1950. Belém: EDUFPA, 2008.

GAZETA DE ALENQUER. **Órgão do Partido Republicano**. Alenquer: Typographia da Gazeta de Alenquer, 1885.

GILLIES, Ana Maria Rufino. Os Ingleses da Colônia do Assunguy (1859-1882) sob a perspectiva do processo civilizador: um estudo comparativo com outra comunidade britânica do século XIX. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 10., 2007, São Paulo. **Anais...** Campinas, São Paulo: 2007. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos\\_PDF/Ana\\_M\\_R\\_Gillies.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos_PDF/Ana_M_R_Gillies.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2011.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. "Movimento higienista" na história da vida privada no Brasil: do homogêneo ao heterogêneo. **Conscientiae Saúde. Rev. Cient.**, São Paulo, v. 1, p. 47-52. 2002. Disponível em: <[http://portal.uninove.br/marketing/cope/pdfs\\_revistas/conscientiae\\_saude/csauade\\_v1/cnsv1\\_edivaldogois.pdf](http://portal.uninove.br/marketing/cope/pdfs_revistas/conscientiae_saude/csauade_v1/cnsv1_edivaldogois.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2010.

GONDRA, José Gonçalves. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Elane Marta; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira).

JORNAL DO PARÁ: Órgão oficial. Belém: Typographia do Jornal do Pará, 1875.

MARCÍLIO, Maria Luisa. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Ensino profissionalizante em Goiás: a experiência pioneira da Colônia Blasiana. **Inter-ação: rev. fac. educ.**, Goiás, v. 31, n. 1, p. 111-137, jan./jun. 2006. Disponível: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/1495/1479>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

NUNES, Clarice. A Instrução pública e a primeira história sistematizada da educação brasileira. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 93, p. 51-59, maio 1995. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/651.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2010.

**O ABOLICIONISTA PARAENSE**. Typographia d'A Provincia do Pará. Belém: 3 jun. 1883.

**O JASMIM**. Cametá, [s. n.], 1873.

**O MONTE ALEGRENSE**. Monte Alegre: [s. n.], 1886.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto. **Incultura e criminalidade: estereótipos sobre a educação da criança, do jovem e do camponês no século XIX**. **Revista História**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=221014791009>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

PINEAU, Pablo; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A Educação e a questão da construção de identidades modernas no século XIX: os

casos da Argentina e do Brasil. In: VIDAL, Diana G.; ASCOLANI, Adrián (Orgs.). **Reformas educativas no Brasil e na Argentina: ensaios de história comparada da educação (1820-2000)**. São Paulo: Cortez, 2009.

PROVINCIA DO GRÃO-PARÁ. **Relatório do presidente de província do gram Pará**. 1870. Disponíveis em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório do presidente de província do gram Pará**. 1872. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório do presidente de província do gram Pará**. 1874. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório do presidente de província do gram Pará**. 1875. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório do presidente de província do gram Pará**. 1881. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório do presidente de província do gram Pará**. 1885. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório do presidente de província do gram Pará**. 1889. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório do diretor do Instituto Paraense de Educandos Artífices - IPEA**. 1881. Disponíveis em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 2010.

RESENDE, Luciana Araújo Valle de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Educar nos e para os preceitos higienistas: Juiz de Fora (1889-1906). **Cadernos de História da Educação**, v. 8, n. 2, p. 365-380. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/3719/2721>>. Acesso em: 19 abr. 2010.

RIZZINI, Irene. **O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez: 2008.

\_\_\_\_\_. Crianças e menores – do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: \_\_\_\_\_ e PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da infância no Brasil. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irma. Domesticar e civilizar: crianças indígenas e o ensino de ofícios no norte do Brasil imperial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002. Disponível em: < <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0654.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. **O cidadão polido e o selvagem bruto**: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. 441 p. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da força: como polir um índio. **Revista de história da Biblioteca Nacional**. n. 29. fev. 2008a. Disponível em: < <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1411>>. Acesso em: 12 maio 2010.

SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da Belle-Époque** (1870-1910). 247 p. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

TYLOR, Edward. **Primitive Culture**. Londres, John Mursay & Co, 1958 [1871], Nova York, Harper Torchbooks.

VEIGA, Cynthia Greive. A Escolarização como projeto de civilização. **Revista brasileira de educação**, n. 21, p. 90-103, set./dez. 2002. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE21/RBDE21\\_09\\_CYNTHIA\\_GREIVE\\_VEIGA.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE21/RBDE21_09_CYNTHIA_GREIVE_VEIGA.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista brasileira de educação**, v.13, n. 39, p. 502-516, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/07.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

VERISSIMO, José. As Populações indígenas e mestiças da Amazônia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes. In: **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1887.